CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

R$ 16 milhões: ONG ligada à produtora de ‘Dark Horse’ usou notas irregulares em contrato com a Prefeitura de SP

Fonte original: Termômetro da Política. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Termômetro da Política (termometrodapolitica.com.br)
Autor	Não identificado
Data de publicação	20/05/2026 04:00
URL original	https://www.termometrodapolitica.com.br/politica/noticia/2026/05/20/r-16-milhoes-ong-ligada-a-produtora-de-dark-horse-usou-notas-irregulares-em-contrato-com-a-prefeitura-de-sp/
Relevância	Média · Contratos e dinheiro público · Reportagem
Pessoas citadas	Ricardo Nunes, Karina Gama, André Feldman, Mário Frias, Jair Bolsonaro, Alex Leandro Bispo dos Santos
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Prefeitura de SP, Secretaria de Tecnologia da Prefeitura, Secretaria Municipal de Inovação
Data da coleta	29/09/2026 09:57
Situação	No ar · última verificação 26/11/2026 14:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Outro exemplo envolve a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda., de André Feldman.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

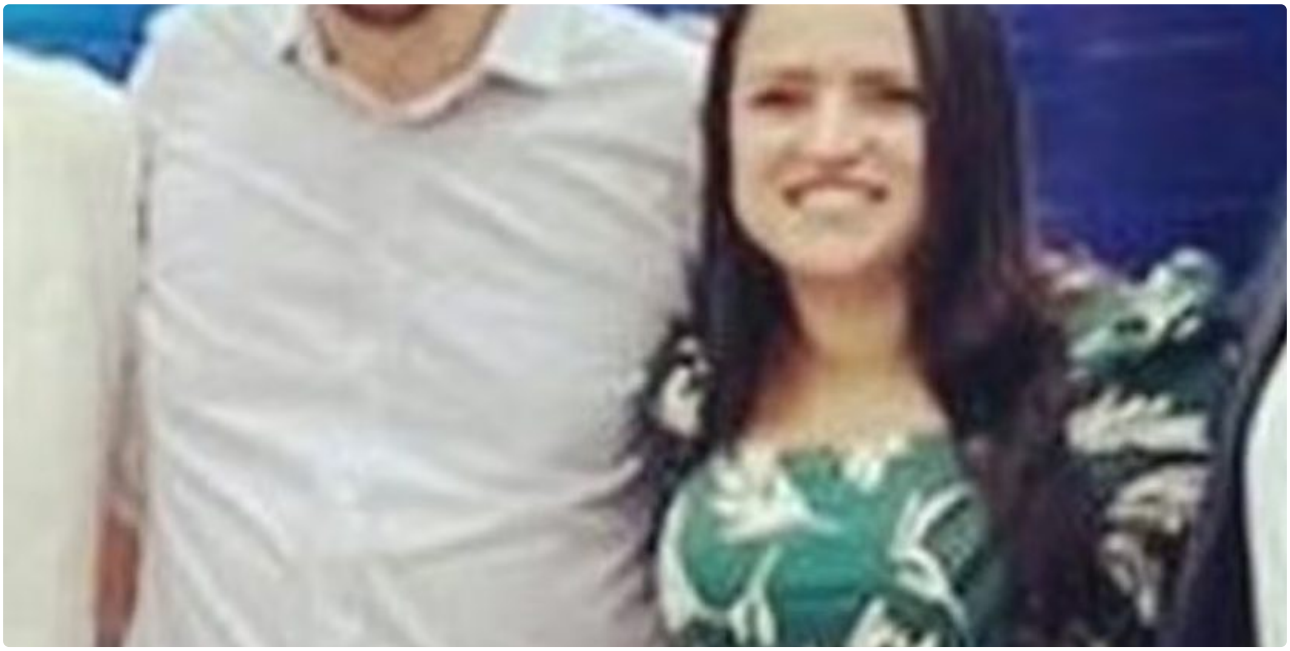


Imagem: reprodução / Termômetro da Política

RESUMO

Leia também Áudios mostram Mário Frias agradecendo a Vorcaro por apoio à produção do filme 'Dark Horse' Outro exemplo envolve a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda., de André Feldman. Segundo a prefeitura, o valor foi integralmente restituído e o contrato foi renovado para a instalação dos pontos restantes. Sobre as notas emitidas pelo próprio instituto, ela afirmou que foi ela mesma quem apontou os problemas à prefeitura.

Política

- 20 de maio de 2026

- 09:17

R$ 16 milhões: ONG ligada à produtora de 'Dark Horse' usou notas irregulares em contrato com a Prefeitura de SP

Termômetro da Política

A ONG Instituto Conhecer Brasil, responsável por um contrato de R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo para instalação de pontos de wi-fi gratuito na periferia, apresentou pelo menos R$ 16,5 milhões em documentos fiscais irregulares para comprovar despesas do convênio. Entre os problemas identificados estão notas canceladas, faturas sem valor fiscal e documentos emitidos pela própria entidade para justificar gastos.

O levantamento foi feito a partir das prestações de contas entregues pela organização à gestão Ricardo Nunes (MDB). O contrato previa a instalação de 5 mil pontos de wi-fi até junho de 2025, mas, até o momento, apenas 3.200 foram entregues. A ONG é presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama, dona da Go Up Entertainment, produtora do filme biográfico sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Entre os casos mais graves está a contratação da empresa Make One Tecnologia Digital Ltda. para locação de equipamentos. Em vez de notas fiscais, a ONG apresentou quatro faturas que somam R$ 8,5 milhões. Esses documentos não têm valor fiscal, pois não foram registrados no sistema de nota fiscal

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

eletrônica da Prefeitura de São Paulo. Três das faturas foram emitidas no mesmo dia e têm numeração sequencial.

Leia também

Áudios mostram Mário Frias agradecendo a Vorcaro por apoio à produção do filme 'Dark Horse'

Outro exemplo envolve a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda., de André Feldman. Em novembro de 2025, a empresa emitiu uma nota de R$ 2 milhões por serviços de verificação e reparo técnico de equipamentos. O documento, no entanto, foi cancelado no mesmo dia em que foi emitido, segundo os registros da prefeitura. Mesmo assim, a nota foi incluída na prestação de contas entregue pela ONG em fevereiro deste ano.

A empresa JR Feijão Ltda., contratada para aluguel de equipamentos, também aparece com três notas canceladas, que somam mais de R$ 406 mil. A maior delas, de R$ 199,4 mil, foi emitida em 10 de abril de 2025 e cancelada seis dias depois, mas continuou sendo usada para justificar despesas.

A documentação da ONG também inclui notas fiscais emitidas pelo próprio Instituto Conhecer Brasil para si mesmo, no valor total de R$ 1,4 milhão. Um parecer técnico da Secretaria de Tecnologia da Prefeitura, de fevereiro de 2026, apontou que a entidade não poderia emitir notas para si própria e identificou ainda R$ 925 mil em pagamentos em duplicidade.

Apesar das irregularidades, o parecer recomendou a aprovação da prestação de contas "com ressalvas", condicionada à devolução de R$ 930.256,87. Segundo a prefeitura, o valor foi integralmente restituído e o contrato foi renovado para a instalação dos pontos restantes.

Karina Ferreira da Gama afirmou que desconhece os cancelamentos das notas e disse que não tem controle sobre anulações feitas por fornecedores. Sobre as notas emitidas pelo próprio instituto, ela afirmou que foi ela mesma quem apontou os problemas à prefeitura.

O contrato da ONG com a Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda. também está sob suspeita. A empresa, que recebeu mais de R$ 2 milhões para instalar mais de 900 pontos de wi-fi, tinha como sócio Alex Leandro Bispo dos Santos, preso desde fevereiro acusado de feminicídio. Após a prisão, a sociedade foi transferida para outra pessoa que reside no mesmo endereço do empresário.

Karina disse que não reconhece o contrato assinado com um representante identificado apenas como "Alex" e levantou a possibilidade de fraude. O documento, no entanto, foi incluído pela própria empresária no drive de prestação de contas enviado à prefeitura.

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia disse que "desconhece a metodologia e os resultados que levaram aos valores mencionados pela reportagem e rechaça as respectivas ilações".

"A execução do contrato para o programa é monitorada rigorosamente e não há nenhuma decisão definitiva ou processo administrativo que aponte a existência de irregularidades estruturais, desvios ou ilegalidades. Em 2024 foram identificadas inconsistências na prestação de contas do exercício, cujos valores — cerca de R$ 930 mil — foram integralmente devolvidos ao Município. Cabe ressaltar que o valor unitário pago ao ICB não engloba apenas o link de internet, mas toda a infraestrutura necessária, incluindo hardware, obras civis e elétricas, mapeamento, projetos executivos, entre outras.

Já a manutenção de "ressalvas" é um procedimento comum em auditorias públicas, demonstrando, inclusive, controle e fiscalização sobre as prestações de contas. Além disso, o Instituto em questão possui experiência em inserção territorial, articulação comunitária e viabilização do acesso em locais de

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

extrema complexidade — fatores previstos no chamamento público e fundamentais para a execução do serviço. A parceria foi estabelecida por chamamento público transparente, aberto pelo período de 30 dias e que cumpriu todas as exigências legais do edital.”

A gestão Ricardo Nunes também afirmou que “a produção do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro não recebeu recursos municipais e qualquer relação entre a contratação do Instituto Conhecer Brasil e a produção cinematográfica é descabida”.

“O contrato do ICB foi fechado em junho de 2024, pelo menos um ano antes do início da produção do filme. Já a SPCine foi procurada para autorização das filmagens apenas em outubro de 2025, ou seja, um ano e quatro meses após o contrato com o ICB ser firmado – seguindo exatamente o mesmo trâmite usado em todas as solicitações recebidas pelo Município para essa finalidade”, declarou.

“A administração municipal repudia qualquer tentativa da imprensa de descredibilizar um serviço de extrema importância para a população por meio de relações que não existem nem nunca existiram. O Programa Wifi Livre está em pleno funcionamento com 3.200 pontos instalados, que registram cerca de 760 milhões de acessos”, declarou a administração municipal.

Com informações do portal g1.

Copyright © 2020-26. Direitos Reservados.

Fonte original: https://www.termometrodapolitica.com.br/politica/noticia/2026/05/20/r-16-milhoes-ong-ligada-a-produtora-de-dark-horse-usou-notas-irregulares-em-contrato-com-a-prefeitura-de-sp/ · Coletado em 29/09/2026 09:57 · Gerado em 29/11/2026 01:10